

POLISSEMIA SISTEMÁTICA EM SUBSTANTIVOS DEVERBAIS

Margarida Basílio

PUC/RJ

Abstract

This study analyzes systematic polysemy in Brazilian Portuguese deverbals nouns as a result of the meaning inherent to deverbals noun formation patterns, which underlies the meaning resulting from the use of those patterns in specific circumstances. Both denotative and grammatical functions are taken into account in the brief description of action, agent and instrumental nouns derived from verbs in Brazilian Portuguese. The data show that, in spite of considerable meaning variation and partial unpredictability, deverbals nouns always maintain a basic meaning necessarily related to the deriving verb, which strongly points to systematic polysemy. In conclusion, the author argues that the situation of systematic polysemy in deverbals nouns derives from the efficiency of the lexicon as a dynamic storage system of symbolic forms for the purposes of language internal and external use.

1. Introdução

Tradicionalmente a polissemia é definida e entendida como um termo da oposição homonímia/polissemia, e em relação à prática lexicográfica. Na lexicografia e lexicologia tradicionais, as palavras são

Ilha do Desterro	Florianópolis	nº 47	p.049- 071	jul./dez. 2004
------------------	---------------	-------	------------	----------------

abordadas como unidades globais, de modo que a dicotomia se refere ao todo e não a segmentos da estrutura da palavra. Uma preocupação maior com a estrutura interna da palavra surge no estruturalismo, em que, no entanto, o léxico se situa fora da gramática (Bloomfield 1933); e reaparece na década de setenta por um curto período de tempo na Teoria Gerativa, em que, a partir da Hipótese Lexicalista (Chomsky 1970), se instaura uma abordagem explicitamente homonímica na descrição de processos de formação de palavras (Aronoff 1976). Nos últimos anos, a polissemia vem sendo intensamente discutida, em especial a partir do desenvolvimento e expansão da Linguística Cognitiva. Mas, do mesmo modo que em relação à metáfora e à metonímia, o foco tem sido sobretudo a interpretação de enunciados e discursos, assim como a evolução semântica.¹

Neste trabalho, pretendo abordar a questão da polissemia sincrônica nas construções lexicais, tendo como foco a constituição e expansão do léxico e, mais especificamente, analisando substantivos deverbais na Língua Portuguesa. De início, coloco brevemente alguns pontos fundamentais na constituição e funções do léxico e descrevo os processos de formação de palavras como instrumentos da expansão lexical. Nas partes subsequentes, aponto as funções e descrevo as condições específicas de operação dos principais processos de formação de substantivos a partir de verbos e analiso a situação de polissemia sistemática que encontramos em substantivos deverbais de ação, agente e instrumento no Português do Brasil.

2. Constituição e expansão do léxico

O léxico pode ser definido como um sistema dinâmico de produção e armazenagem de formas simbólicas, isto é, formas que evocam significados. Estas formas são usadas na construção de enunciados e podem ser tão elásticas em suas associações semânticas quanto são cambiantes as cores utilizadas numa pintura, as quais podem se transformar, dependendo da estrutura cromática do quadro, do foco e intensidade da luz no ambiente, da posição do observador, objetos

circundantes, e assim por diante. Unidades lexicais apresentam diferentes graus de complexidade, desde palavras monomorfêmicas e afixos como *mar* e *-al* até expressões de cunho frasal como *de manhã* ou *dar tempo ao tempo*.

O léxico está em constante expansão, na medida em que nossas necessidades de representação conceitual e construção de enunciados estão sempre em mudança, sobretudo se expandindo, tanto social quanto individualmente. Processos e padrões de formação de palavras otimizam as possibilidades de expansão lexical, fazendo uso de material simbólico previamente existente através de sua adaptação a novas circunstâncias, quer criativamente, quer de acordo com padrões convencionais gramaticalizados. O uso de padrões que aproveitam elementos previamente existentes atribuindo-lhes funções é fundamental para a eficiência dos processos de formação de palavras, na medida em que garantem a comunicação automática sem sobrecarga de memória.

A questão da sobrecarga de memória tem sido muitas vezes relegada a segundo plano ou considerada irrelevante. É de se observar, no entanto, que a função de fornecer unidades conceituais para a construção de enunciados na atividade da fala pressupõe a possibilidade de acesso imediato, que certamente é afetada pelo acúmulo de unidades estocadas.

Um exemplo simples pode ilustrar este ponto. Consideremos, de início, o caso das formas nominalizadas de verbos, tais como *declaração*, *intercessão*, *recrutamento*, *alteamento*, *contagem*, etc., necessárias quando uma noção verbal precisa ser utilizada numa estrutura nominal. Tais formas, que se contam aos milhares, devem ser automaticamente acessadas sempre que o falante necessita de empregar o conceito verbal na situação gramatical de estrutura nominal. Se, ao invés de processos de formação de palavras, fôssemos usar símbolos arbitrários como números de telefone, por exemplo, o acesso imediato a tais formas seria severamente restrito. Se considerarmos que a mesma situação se multiplica por todos os casos de transposição de classe, os quais realimentam outros processos de transposição, seremos forçados a con-

cluír que os processos de formação de palavras são de relevância fundamental para a eficiência do léxico como parte do sistema lingüístico.

A questão da comunicação imediata é igualmente relevante. Na medida em que o sistema lingüístico é um sistema de comunicação social, é crucial a necessidade de entendimento imediato entre locutor e interlocutor. Isto significa que os termos empregados pelo falante devem ser automaticamente interpretados pelo interlocutor, e que, portanto, a utilização de símbolos arbitrários, embora básica na constituição primitiva do léxico, não é eficiente como meio de expansão lexical.

Processos de formação de palavras formam novas unidades lexicais significativas a partir de material já existente no léxico. O léxico, portanto, não é apenas um conjunto de palavras, mas um sistema dinâmico, que também engloba estruturas de expansão, das quais as mais relevantes correspondem aos processos de formação de palavras². Estes processos permitem que o léxico de um falante se expanda continuamente, através do reconhecimento estrutural automático de construções lexicais novas ou reproduzidas.

Processos de formação de palavras apresentam sobretudo duas funções: a função gramatical e a função denotativa. A função gramatical corresponde à necessidade de utilizar palavras de uma classe gramatical em contextos lingüísticos que exigem uma palavra de outra classe.

Processos com função gramatical envolvem mudança de classe. Por exemplo, a formação de advérbios de modo a partir de adjetivos tem por objetivo a utilização do significado do adjetivo para modificar o verbo, o que só pode ser feito com a mudança do adjetivo em advérbio, como em (1):

- (1) a. João é lento para escrever
b. João escreve lentamente

Em (1a), o adjetivo *lento* predica *João*; em (1b), dado que foi utilizado o verbo *escrever*, a modificação deve ser feita através do advérbio *lentamente*.

Já a função denotativa corresponde à necessidade de aproveitamento do material simbólico já existente numa palavra para formar outra palavra, que designe algo diferente, mas relacionado à palavra primitiva. Por exemplo, a partir de substantivos que denotam frutas formamos substantivos que denotam as árvores que dão essas frutas: *bananeira*, de *banana*, *cajueiro*, de *caju*, e assim por diante; a partir de um substantivo que designa um objeto, formamos outro substantivo, que designa um golpe desferido com aquele objeto, como em *facada*, *dentada*, *paulada*, etc.; a partir de adjetivos, que designam estados ou condições, formamos verbos que correspondem ao processo de mudança de estado cujo alvo se expressa no significado do adjetivo, como em *fertilizar*, *acalmar*, *adoçar*, *emagrecer*, etc.

Em suma, tradicionalmente definido como o conjunto de palavras de uma língua, o léxico é visto em diferentes teorias lingüísticas, explícita ou implicitamente como um conjunto arbitrário de palavras ou itens lexicais. No entanto, ao lado de signos arbitrários, as raízes ou bases primitivas, o léxico apresenta também um alto teor de regularidade em seus processos de expansão, que constituem uma parte fundamental da organização lingüística. Os diferentes processos derivacionais de caráter gramatical ou denotativo servem a funções semânticas e/ou gramaticais pré-determinadas, representadas em estruturas morfológicas e lexicais.

3. A formação de substantivos deverbais

Os processos de formação de substantivos servem ao propósito de produzir palavras designadoras de seres e entidades, ou palavras nucleares de estruturas nominais. Apresentam essencialmente, portanto, duas motivações, a gramatical e a denotativa. Os substantivos deverbais são tradicionalmente subdivididos em nomes de ação, cujo significado nuclear se mantém basicamente como verbal; e nomes de agente e instrumento, que designam seres e objetos a partir do significado verbal.

3.1. Nomes de ação deverbais

Nomes de ação deverbais apresentam sobretudo função gramatical, isto é, são formados com o objetivo de utilização da noção verbal em contextos sintáticos que exigem um substantivo. Nesta função, virtualmente todos os verbos apresentam um substantivo deverbal correspondente. Mas substantivos deverbais também podem ter motivação denotativa, ou seja, também podem ser formados com o objetivo de denotar seres, processos, eventos, situações, etc. a partir da noção verbal.

3.1.1. Nomes de ação com função gramatical

A formação de substantivos de ação deverbais é um dos processos mais produtivos de formação de palavras no português, por causa de sua motivação categorial de cunho gramatical (Basílio 1980, Kastovsky 1986), reforçada por requisitos de estrutura textual (Basílio 1987, 1993). Algumas das principais motivações para a formação destes substantivos deverbais são (i) a necessidade de expressar noções verbais em estruturas que sintaticamente exigem a ocorrência de um substantivo, como em (2):

- (2) a. O Governo pretende *aumentar* os impostos
- b. Os empresários ficaram preocupados com...
- c. Os empresários ficaram preocupados com o *aumento* de impostos.

(ii) a necessidade de referência genérica ao evento representado pelo verbo ou seu efeito, sem especificações de argumentos e categorias gramaticais, como em (3):

- (3) A guerra só traz dor e *destruição*

(iii) a necessidade de referência a uma instância específica do evento representado pelo verbo, como em (4)

(4) O gato deu *um pulo* e fugiu

e (iv) a necessidade de referência a frases e orações através do uso da forma nominalizada do verbo, como em (5):

(5) O presidente do Banco Central decidiu manter a taxa de juros alta por mais seis meses. A *decisão* provocou uma grande queda na Bolsa de Valores.

O verbo é uma classe de palavras que denota ações processos, fatos, fenômenos, etc. representados no tempo, com uma função predicadora. Na Língua Portuguesa, os verbos apresentam as categorias gramaticais de tempo, modo, aspecto e número/pessoa. Estas categorias, assim como estruturas de complementação, devem se manifestar obrigatoriamente quando da utilização do verbo em estruturas sintáticas verbais, como nos exemplos de (6):

- (6) a. O governador declarou que não toleraria abusos.
b. *Declarou que não toleraria abusos
c. *Declarar que não toleraria abusos
d. *O governador declarou.
e. *O governador declarar

Em (6), vemos que o verbo *declarar* exige a explicitação do sujeito e do objeto, assim como a especificação de tempo, modo e aspecto e a concordância de número/pessoa entre sujeito e verbo.

Como as exigências de explicitação de complementos e de marcas das categorias gramaticais do verbo não se transmitem ao substantivo, a transposição do verbo para o substantivo desfaz a obrigatoriedade de menção de agentes, objetos ou beneficiários do processo verbal; do mesmo modo, especificações de tempo, modo e número/pessoa dei-

xam de ser compulsórias. Assim, a formação do substantivo a partir do verbo permite a utilização do conteúdo do verbo sem as amarras de suas propriedades gramaticais. E, como vimos em (3) e (5), há várias situações diferentes em que podemos utilizar o conteúdo do verbo sem as especificações gramaticais.³

3.1.2. *Polissemia sistemática em nomes de ação*

A observação das motivações ilustradas em (2) a (5), que não são as únicas, já nos dá uma medida da polissemia sistemática em construções lexicais.

Chamamos de polissemia sistemática a multiplicidade de interpretações possíveis de caráter pré-determinado numa forma linguística. Assim, nas formações lexicais, a polissemia sistemática é uma estratégia valiosa para a utilização de um determinado elemento no exercício de várias funções interligadas. No caso das nominalizações deverbais, a polissemia sistemática corresponde a diferentes instâncias de uso frequente e necessário, todas relacionadas a um processo geral de desverbalização do verbo.

Essas situações correspondem a diferentes maneiras de interpretar a forma nominalizada, que é, portanto, sistematicamente polissêmica, na medida em que cada possibilidade de utilização corresponde a uma diferente interpretação, sendo todas elas pré-determinadas como estratégias lexicais a serviço da representação conceitual e construção de enunciados. Seguem abaixo exemplos das diferentes interpretações com a mesma forma:

- (7) a. Todos se surpreenderam com a *declaração* do Presidente do Banco Central de que os juros permaneceriam no mesmo patamar.
- b. *Declarações* não me importam, o que interessa é a ação.

c. Ontem o presidente fez uma *declaração* e participou de uma solenidade.

d. O Presidente do Banco Central *declarou* que os juros permaneceriam no mesmo patamar até que os indícios de inflação desaparecessem. A *declaração* desagradou os empresários de todo o país.

Em (7), o mesmo termo *declaração* apresenta interpretação verbal predicadora em (7a): entende-se a *declaração do Presidente do Banco Central de que...* como “o fato de o Presidente do Banco Central ter declarado que...”; em (7b), *declarações* focaliza o tipo de evento em si por seu produto, como entidade abstrata resultante do ato de declarar; em c., temos a referência a uma instância específica de efetivação do ato de declarar, sem haver relevância de enfoque de seu conteúdo; e, finalmente, em d. o termo representa todo o período anterior: *declaração* se interpreta como “a declaração do Presidente do BC de que os juros permaneceriam no mesmo patamar até que os indícios de inflação desaparecessem”.

Assim, ao lado da total impossibilidade de previsão de conteúdos específicos na utilização de formas nominalizadas, temos também uma total previsibilidade das possibilidades de interpretação e direcionamento de escolhas, já que as mesmas correspondem a possibilidades demarcadas pelos processos de formação de palavras e sua interconexão com padrões de formação de enunciados na constituição do léxico e da estrutura linguística e textual. Temos, portanto, na formação de substantivos deverbais de ação um caso bastante claro de polissemia sistemática.

3.1.3. Nomes de ação com função denotativa

A formação de substantivos deverbais de ação também pode apresentar função denotativa, além da função gramatical. Neste caso, a formação do substantivo verbal tem o objetivo de nomear entidade, fatos, fenômenos, etc. a partir do significado do verbo. A formação de

substantivos deverbiais com função denotativa é de grande valia na constituição de terminologias acadêmicas, técnicas e profissionais, embora também ocorra no vocabulário cotidiano, como vemos nos exemplos de (8):

- (8) a. coincidência – direção – coordenação – luta –
ocorrência – desvio
- b. derivação – nominalização – referência –
transferência – depressão

Em (8a), formas nominalizadas representam conceitualmente fatos, situações, condições, modos, processos, cargos, etc., informados pelo significado do verbo. Assim, por exemplo, *coincidência* designa a situação de uma coisa coincidir com outra, *luta* é um evento esportivo em que dois adversários lutam, *coordenação* é o conjunto articulado de atividades ou providências requeridas quando se coordena algo, e assim por diante. Do mesmo modo, em (8b) temos um elemento básico do significado da forma no significado do verbo derivante; mas, tratando-se de linguagem técnica, há sempre especificidades que se situam fora da esfera lingüística e que dependem das circunstâncias do ato de nomeação. Assim, *derivação* é interpretável do ponto de vista sintático ou morfológico, dependendo do contexto e do especialista; *nominalização* se aplica tanto a transformações sintáticas quanto a derivações morfológicas; *transferência* pode ter um significado psicanalítico ou de alocação profissional; depressões podem ser psiquiátricas, geográficas ou econômicas; e assim por diante.

É importante lembrar, no entanto, que, embora interpretações específicas não possam ser antecipadas, dadas as especificidades das instâncias de nomeação,⁴ existe um fator pré-determinado nas interpretações, pois o processo verbal como caracterização do que está sendo nomeado permanece. Assim, por exemplo, a transferência psicanalítica é um tipo de transferência, a direção corresponde à atividade de dirigir, numa derivação há sempre algo que deriva de algo, etc. Este

grupo, portanto, também apresenta polissemia sistemática, embora o elemento semanticamente pré-determinado seja apenas parcial.

Em última análise, de fato, os dois casos não são muito diferentes. No primeiro caso, das nominalizações motivadas pela utilização do verbo em estruturas nominalizadas na construção de enunciados, temos uma parte pré-determinada e a escolha e detalhes de interpretação serão fornecidos pelo co-texto (a parte imprevisível). No caso da função denotativa, a escolha será dada pelo contexto histórico e domínio acadêmico ou sociocultural. Isto é, na perspectiva de uma nomenclatura analítica, a interpretação de *transferência* será determinada; do mesmo modo, dentro do contexto morfológico, *derivação* será interpretada de modo único; e assim por diante.

Em suma, em ambos os casos temos direções claras em relação à interpretação polissêmica, embora as particularidades de cada instância sejam oriundas de informação extra-lingüística e, portanto, de caráter lingüísticamente imprevisível.

3.1.4. Polissemia nas diferentes funções

As formações produzidas em termos de uma função denotativa não impedem que as funções gramaticais da nominalização de um verbo sejam preenchidas pelas mesmas formas, como ilustramos abaixo:

- (9) a. Quantas ocorrências tivemos hoje?
 b. A ocorrência do acidente exatamente naquele dia era um tanto suspeita.

Em (9a), *ocorrência* corresponde a todo e qualquer evento registrado, digamos, numa delegacia policial, ou melhor, eventos relevantes à função deste órgão público. Em (9b) *ocorrência* apresenta interpretação predicadora geral. Mas as propriedades sintáticas e funcionais são diferentes: em (9a), *ocorrências* é pluralizável, ocorre como argumento e designa algo específico; em (9b) *ocorrência* é invariável, tem função predicadora e se interpreta como a própria noção verbal em forma

nominalizada. Dadas essas diferenças, não há situação real de ambigüidade.

Esta situação dá a medida do problema que fatos de estrutura lexical trazem ao debate homonímia/polissemia. A rigor, tenderíamos a classificar estas formas como homônimas, dada a diferença de distribuição, nos termos de Lyons (1977), por exemplo, o que mostra a insuficiência do critério tradicional de categorias lexicais maiores para determinar a questão homonímia/polissemia. No entanto, como há nesses casos, ao lado da identidade de forma, uma óbvia relação de significado⁵, não podemos senão considerá-las polissêmicas.

Vemos, portanto, que, a partir dos critérios tradicionais, qualquer decisão unilateral é inviável. Do ponto de vista da constituição do léxico, no entanto, estas formas são polissêmicas, já que são oriundas do mesmo verbo, ao qual se aplicou o mesmo processo de formação de substantivos deverbais de ação. Esta decisão é obrigatória, a menos que queiramos retirar dos processos de formação de palavras sua regularidade na produção de novas formas a serviço das duas funções, gramatical e denotativa.⁶

Em suma, o que vemos ocorrer na formação de substantivos deverbais é uma dupla polissemia e polifuncionalidade sistemática. Por um lado, a função gramatical corresponde a diferentes possibilidades pré-determinadas de interpretação, como vimos em (2) a (5); a função denotativa corresponde a interpretações apenas parcialmente previsíveis. E, tratando-se das mesmas formas, temos substantivos deverbais polissêmicos com significados relacionados e propriedades gramaticais depreensíveis da função na utilização do processo morfológico.

3.2. *A formação de nomes deverbais de agente e instrumento*

Os substantivos deverbais de que tratamos acima são conhecidos como “nomes de ação”, na medida em que têm como base de interpretação semântica o evento verbal, mesmo nos casos de função denotativa. A estas construções se opõem os chamados nomes de agente, substantivos derivados de verbos com o propósito de designar seres pela prática ou exercício da ação representada pelo verbo. Podemos acrescentar

ao conjunto os chamados nomes de instrumento ou instrumentais, que denotam objetos identificados por sua função, representada pelo significado do verbo derivante.

A distinção terminológica entre nomes de ação e nomes de agente na estrutura lexical corresponde a uma distinção também morfológica: os sufixos correspondentes a nomes de ação são distintos daqueles que formam nomes de agente. Já a distinção entre nomes de agente e nomes de instrumento é de outra natureza: temos os mesmos elementos morfológicos formando quer nomes de agente, quer nomes de instrumento; e a distinção parece corresponder, portanto, não ao processo morfológico, mas à natureza do elemento nomeado. É interessante observar, entretanto, a distribuição dos elementos morfológicos nesta divisão entre nomes de agente e instrumentais.

Dentre os nomes de agente, o sufixo *-dor* é o elemento mais geral e produtivo, formando nomes de agente genéricos (*predador*), profissionais (*administrador*), ocasionais (*portador*), habituais (*madrugador*), típicos (*sonhador*), etc.; talvez pudéssemos considerar *-dor* como o elemento morfológico não-marcado na formação de nomes de agente. Já o sufixo *-nte*, talvez como reflexo de sua origem participial, aponta sobretudo para agentes – mas também para seres caracterizados por verbos estativos – como atuantes ou afetados em curso, como em *manifestante*, *sobrevivente*, *repetente*, *visitante*, etc.

Numa primeira abordagem, podemos considerar que uma formação *X-dor* é invariavelmente interpretada como “ser designado enquanto agente do ato representado pelo verbo *X*”. Entretanto, é necessário colocarmos neste ponto a questão da interface entre significado lingüístico e significado enciclopédico⁷ nas construções lexicais. Os nomes de agente profissionais apresentam uma complexa relação entre o significado lingüístico, veiculado pelo significado da base e funções semânticas dos processos de formação de palavras, e o significado enciclopédico, derivado da identificação do objeto nomeado em termos do conhecimento do mundo.

3.2.1. Nomes de agente profissionais e modelos metonímicos

Nomes de agente profissionais constituem provavelmente o grupo mais importante de agentes *X-dor* em português. Nestas construções, temos um modelo cognitivo ou domínio, o do mercado de trabalho, que estabelece uma estrutura de funções, cargos e categorias para trabalhadores, juntamente com os respectivos rótulos. A referência a alguém não é feita simplesmente ao que a pessoa faz; na verdade, é o modelo cognitivo correspondente à estrutura do mercado de trabalho que determina qual atividade servirá como símbolo do conjunto de atividades numa dada profissão ou papel social análogo.

Os trabalhadores são frequentemente categorizados por construções morfológicas *X-dor*⁸ em que X corresponde ao ato ou atividade mais típico ou relevante dentre as inúmeras funções de um trabalhador numa determinada profissão. Temos, portanto, na construção de um nome de agente profissional um padrão morfológico conectado a um modelo metonímico (Lakoff, 1987).

Vejam, por exemplo, o caso de *escritor*. Naturalmente, a significação básica de *escritor* está diretamente relacionada ao ato de escrever. Mas, apesar disso, o que faz o escritor não é a atividade de escrever, mas algumas propriedades específicas do produto abstrato da atividade de escrever e, acima de tudo, o reconhecimento público destas propriedades; em outras palavras, a sanção social para a identificação pessoal em termos da atividade de escrever.

Um caso ainda mais claro da conexão do modelo cognitivo para o entendimento da referência, por envolver duas caracterizações enciclopédicas distintas do mesmo significado lingüístico é o caso de *pintor*, que se refere ao indivíduo caracterizado pelo ato de pintar, mas em dois modelos cognitivos inteiramente diferentes, o modelo das construções e reformas e o modelo do mercado de arte.

Escritores e pintores são, portanto, rotulados em termos prototípicos. Ou seja, nomes de agente identificam indivíduos não tanto pela essência da representação verbal daquilo que fazem, mas pelo papel social embutido no processo de formação, o qual inclui a escolha do verbo base. Assim, o ato de nomear já é um ato sociocultural, que

corresponde a uma escolha deliberada de palavras a partir dos padrões lexicais colocados à disposição dos falantes para fins de referência funcional a pessoas e coisas.

3.2.2 .A polissemia sistemática nos nomes de agente

Como vimos anteriormente, as formas *X-dor* são substantivos deverbais que apresentam o significado “indivíduo designado como agente de *X*”, onde *X* é a noção veiculada pelo verbo. Estruturas lexicais de função denotativa existem com o objetivo de utilização do significado da forma primitiva na nomeação de seres, eventos, etc. Vimos também que nomes de agente profissionais funcionam a serviço de uma nomenclatura sociocultural em que as designações de agentes são feitas em termos simbólicos e não diretos. Temos, portanto, instaurada a polissemia sistemática entre nomes de agente: do ponto de vista do processo derivacional de formação, temos o significado de agentividade direta a partir do significado do verbo; do ponto de vista da escolha do verbo-símbolo para a designação de profissões, trabalhos, cargos e funções, mantém-se uma relação com o significado do verbo derivante, mas não se trata mais de uma relação direta. Conseqüentemente, a natureza polissêmica destas formas é tão real quanto virtual: no momento em que são escolhidos os elementos para um ato de nomeação, passam a integrar uma unidade polissêmica, porque detentora de um significado específico informado pelo ato sociocultural da nomeação, mas também detentora de todas as possibilidades compatíveis com seu significado monossêmico virtual.

Comparemos *pintor* e *escritor* em relação a este ponto. Do ponto de vista da função denotativa da construção do substantivo deverbal de agente, *escritor* seria alguém caracterizado pelo ato de escrever. Teoricamente é cabível, portanto, a utilização do termo para a designação de qualquer indivíduo a ser caracterizado pelo ato de escrever. No entanto, tendo havido o ato sociocultural de nomeação do produtor de textos literários em prosa pelo termo *escritor*, esta utilização restringe a generalidade virtual da relação agente/processo verbal de caracterização definida pelos processo de formação, de tal modo que o produto

passa a ser, enquanto nome de agente, invariavelmente polissêmico, já que porta, via de regra, a especificidade do ato de nomeação, ao lado da potencialidade do processo lexical formador.

Assim, não nos causa surpresa ou problema constatar a polissemia de *pintor* ao lado da de *escritor*. No caso de *pintor*, o significado geral do processo lexical de formação de nomes de agente é circunscrito de duas maneiras, em dois atos socioculturais de nomeação: o referente a *pintor* como artista e o referente a *pintor* como trabalhador braçal. Mas o fato, menos comum, de termos duas designações específicas de agente em vez de uma não altera a situação de disponibilidade do sentido genérico do processo de formação, que pode ser utilizado com especificações explicitadas nos enunciados, sejam frases ou nomenclaturas: *pintor* de letreiros/aeronaves/miniaturas/ideogramas/alegorias de escola de samba/faixa de passeata, etc.

É de se observar que as possibilidades de utilização variam bastante, na medida em que nomes de agente são utilizados para a caracterização de indivíduos em estruturas sociais por suas atividades típicas, identificadas parcialmente pelo radical verbal e parcialmente pelo ato não pré-determinado de nomeação; o significado do ato verbal poderá se prestar menos ou mais a determinados usos para fins de especificação.

Podemos dizer neste sentido, por exemplo, que a atividade de escrever não tem a mesma situação que a de pintar, porque *pintar* pode representar apenas o ato físico de espalhar tinta sobre uma superfície de uma certa maneira, mas *escrever*, embora possa corresponder fisicamente a um ato de dispor tinta sobre papel de uma certa maneira, entre outras possibilidades, envolve necessariamente a representação lingüística. Em ambos os casos, na acepção especializada de caráter artístico, estamos na esfera de representações de produtos mentais, de caráter visual ou lingüístico-textual. Mas *escrever*, no sentido da representação da fala, já se distancia bastante da situação de *pintar*, que entra numa esfera de atuação inteiramente distinta em sua acepção não intelectual. Isto talvez explique o fato de que *escritor* não é utilizado via de regra de modo neutro como *pintor*, embora possa ser utilizado com pejoratividade, como abaixo:

(10) João é escritor de horóscopo em revistinha de bairro

Devemos apontar, adicionalmente, as várias construções lexicais surgidas a partir da mesma esfera de atividades, tais como *escrevente*, *escrivão* e *escriturário*, todas nomes de agente profissionais envolvendo a escrita de diferentes maneiras – sem contar com os mais tradicionais e morfológicamente distintos *copiador*, *anotador*, *copista*, *datilógrafo* e *estenógrafo*, até ao atual *digitador*.

Enfim, o fato de que *escrever* sempre envolve representação, ao contrário de *pintar*, pode estar envolvido nas diferenças; mas a existência de nomenclaturas profissionais anteriores pode estar envolvida nas possibilidades de uso, que requerem um exame mais apurado e sistemático.

O fator a ser mais ressaltado na conexão entre o significado lingüístico da formação de nomes de agente profissionais e seu significado enciclopédico, correlacionado a modelos metonímicos, é o fato de que o ato de nomeação profissional não caracteriza diretamente indivíduos por atividades habituais ou típicas, como se poderia pensar,⁹ mas por um determinado papel ou posição sociocultural simbolizada pelo verbo escolhido como base da construção morfológica correspondente. Assim, por exemplo, embora seja hábito comum de donas-de-casa ou empregadas domésticas varrer os cômodos da casa todos os dias, não serão por isto chamadas de varredoras; do mesmo modo, no sistema universitário podemos ter orientadores que não orientam, alunos orientados por não-orientadores, estudantes que não estudam, pessoas que estudam sistematicamente mas não são estudantes, e assim por diante.

3.2.3. *Nomes de instrumento*

Veamos agora a situação de formações em *-dor* e *-nte* como instrumentos. Aqui encontramos novamente uma situação distinta para os dois sufixos, sendo que, como anteriormente, *-dor* poderia ser considerado como o instrumental não-marcado, em oposição a *-nte*. De fato, *-dor* pode formar instrumentais mecânicos (*moedor*), elétricos (*gravador*), eletrônicos (*computador*) e abstratos (*multiplicador*), enquanto –

nte forma apenas instrumentos correspondentes a substâncias químicas, como *solvente*, *tranquilizante*, *fertilizante*, *anti-oxidante*, etc.

Vimos, no caso dos nomes de agente, que há em cada formação uma conexão entre um significado geral do processo de formação do nome de agente e um significado que é incluído como possibilidade semântica nesse processo geral, mas determinado por necessidades socioculturais que levam a um certo ato de nomeação de indivíduos por suas atividades. Encontramos praticamente a mesma estrutura geral em relação aos substantivos deverbais que designam instrumentos, embora haja a ressaltar o fato de que instrumentos não são seres humanos e, portanto, não são indivíduos, mas objetos designados por finalidades.

Claro está, em certos contextos essas diferenças se anulam, na medida em que profissionais muitas vezes podem ser tomados como meros executores de funções, nas quais, aliás, têm sido substituídos, nos últimos tempos, por instrumentais não humanos (robôs, sistemas automatizados) com frequência cada vez maior. Mas o nome de agente apresenta a noção de ser humano, e, portanto, inclui expectativas que levam a restrições de seleção, conforme ilustramos abaixo:

(11) a. Este escritor é um idiota

b. *Este ventilador é um idiota

Em (11a), *escritor* é interpretado como nome de agente e, portanto, como ser humano, podendo, portanto, ser qualificado como idiota; já (11b) é inaceitável em sentido literal porque *ventilador* é entendido como um aparelho elétrico e, portanto, não passível de qualificações de caráter cognitivo.

3.2.4. *Polissemia nos nomes de instrumento*

A situação dos substantivos deverbais de instrumento é bastante semelhante à dos agentes, no sentido de termos um significado lingüístico relativamente unificado, algo como “instrumento caracterizado pela função representada no verbo”; assim, a polissemia nestes

substantivos, assim como nos nomes de agente, se situa nas possibilidades de utilização concreta do significado lingüístico único na nomeação de instrumentos específicos.

Vejam, por exemplo, o caso de *refrigerador*. O termo se refere a um aparelho elétrico e não, digamos, a um grande pote de cerâmica estrategicamente colocado no ponto mais sombrio debaixo da cachoeira, ou a uma cavidade feita numa geleira. Trata-se, além disso, de um instrumento de refrigeração de alimentos e bebidas, e não de refrigeração ambiental, como em *ar-condicionado*. Mais ainda, consideramos refrigeradores como instrumentos objetivamente úteis na vida cotidiana e não, por exemplo, como instrumentos de tortura. Estas especificações ilustram possibilidades compatíveis com o significado do produto do processo de formação do instrumental, embora estejam totalmente fora de questão posteriormente ao ato de nomeação. Ou seja, como sabemos o que é um refrigerador, sabemos que se trata de um eletrodoméstico utilizado para refrigerar comestíveis e bebidas, para conservá-los por mais tempo ou torná-los mais agradáveis para o consumo. Mas é óbvio que a construção lexical *refrigerador* seria perfeitamente adequada para nomear um condicionador de ar ou um instrumento de tortura através de congelamento. E o sentido geral da formação lexical poderia ser a qualquer momento invocado, dada a necessidade instrumental, conforme exemplificado abaixo:

(12) Precisamos fazer alguns experimentos com um material oleoso em baixas temperaturas. Quem vocês acham que poderia fabricar um refrigerador de óleo? Qual seria o custo? em que *refrigerador* está sendo utilizado no significado genérico "instrumento para refrigerar".

O mesmo acontece com formações *X-nte* referentes a substâncias químicas. Nestas formações, o fato de que a função representada pela base verbal é executada especificamente por uma substância química acentua o aspecto de nomeação sociocultural, como podemos ver no exemplo abaixo, de freqüente ocorrência em situações em que se serve café:

(13) O que você prefere, açúcar ou adoçante?

Na frase acima, a substância mais natural é oposta à química, cujo poder de adoçar é, na realidade, inferior ao da substância mais natural. Mais especificamente, *adoçante* é um nome apropriadamente escolhido para nomear uma substância artificial usada para adoçar. Mas, conforme ilustrado acima, diferentes substâncias apresentam diferentes circunstâncias socioculturais. Assim, embora tanto *açúcar* quanto, digamos, *ciclamato* possam ser definidos como uma substância industrialmente processada que serve para adoçar, *adoçante* é oposto a *açúcar* enquanto substância química, de origem não vegetal, enquanto o açúcar é extraído da cana ou da beterraba. Naturalmente, a oposição pode ser neutralizada em outros contextos:

(14) O melhor adoçante continua sendo o açúcar, seguido de perto pelo mel.

Os nomes de instrumento, portanto, apresentam a mesma polissemia sistemática que observamos nos nomes de agente: o ato de nomeação estabelece um significado específico, que convive obrigatoriamente com o significado genérico trazido pela função semântica do processo morfológico.

Esta polissemia sistemática não é fortuita: ao contrário, é uma possibilidade que resulta de um sistema altamente eficiente, no qual ao mesmo tempo temos material para atos de nomeação específicos, o qual não se esgota nestas nomeações, mas continua disponível para outras nomeações, estabelecendo elos morfo-semânticos inegáveis.

4. Considerações finais

Neste trabalho, procuramos demonstrar que palavras derivadas apresentam uma situação de polissemia sistemática, como resultado da utilização efetiva de processos de formação de palavras na expansão lexical. Com esta finalidade, analisamos as duas principais funções

dos processos de formação de palavras, a gramatical e a denotativa, na formação de nomes de ação, nomes de agente e nomes de instrumento na Língua Portuguesa.

Em particular, vimos que, no caso da formação de nomes de ação, a função gramatical corresponde a diferentes utilizações da forma nominalizada, que correspondem a diferentes interpretações, sistemáticas e sempre disponíveis, embora preenchidas com os elementos contextuais de cada enunciado; e que a função denotativa produz formações cujo todo não é lingüisticamente previsível, mas cujo significado fundamental é obrigatoriamente ligado ao do verbo derivante e, conseqüentemente, semanticamente relacionado de modo previsível às formações correlatas de função gramatical, as quais devem, portanto, ser consideradas como sistematicamente polissêmicas.

Vimos igualmente que, no caso das formações de nome de agente e nome de instrumento, em que domina a função denotativa de designação de indivíduos ou objetos através do significado verbal, a conexão entre o significado lingüístico e o significado decorrente dos modelos metonímicos na utilização dos processos na nomenclatura profissional ou mercadológica cria uma polissemia sistemática entre o significado genérico da construção, que pode ser utilizado a qualquer momento, e o significado específico produzido por atos socioculturais de nomeação.

Ressaltamos, para finalizar, que a situação de polissemia sistemática é fundamental na eficiência do léxico como sistema dinâmico de armazenagem simbólica a serviço da organização lingüística. Processos de formação de palavras permitem a expansão contínua da capacidade de representação conceitual e construção de enunciados através da utilização de elementos estruturados utilizados na transposição de classes gramaticais ou modificação parcial de significados na formação de novas unidades lexicais. Tais padrões estruturados apresentam propriedades semânticas determinadas, e são utilizados em atos de nomeação ou construção de enunciados específicos, o que produz o permanente jogo entre o significado geral e o significado específico das formações. Ou seja, a engrenagem da expansão lexical utiliza com

plena eficiência a facilidade de retenção e captação do estruturado e do genérico a serviço de nossas necessidades diárias, infinitamente variáveis, de designação de seres e processos na construção de enunciados e conceitos.

Notas

- 1 V, por ex., Blank & Koch (1999); Cuyckens & Zawada (2001); etc.
- 2 Há, naturalmente, vários outros processos, como a metáfora, a metonímia, a extensão de classe, a abreviação, etc.
- 3 Observe-se que, em relação à explicitação de complementos, a desverbalização desfaz a obrigatoriedade como requisito sintático; a efetiva explicitação ou não dependerá de fatores contextuais ou discursivos.
- 4 De qualquer maneira, interpretações existentes não prejudicam possibilidades de interpretações futuras em diferentes campos do conhecimento.
- 5 Ou seja, não apenas semanticamente clara, mas também morfológicamente registrada.
- 6 O que, aliás, muitos gerativistas querem. V., por ex., Aronoff (1976) e Di Sciullo & Williams (1987).
- 7 Para uma visão geral da questão significado linguístico/enciclopédico, v. Peeters (2000).
- 8 Ou seus equivalentes alomórficos *-tor, -sor, -or*, etc.
- 9 Para uma posição diferente, em relação à formação de nomes de agente em inglês, v. Panther & Thornburg, (2001, 2003).

Referências bibliográficas

ARONOFF, M. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.

- BASILIO, M. *Estruturas Lexicais do Português*. Vozes: Petrópolis, 1980.
- _____. *Teoria Lexical*. São Paulo: Atica, 1987.
- _____. Produtividade, Função e Produção Lexical no Português Falado. *Atas do IX Congresso Internacional da ALFAL*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- BLANK, A. & KOCH, P. (Org.). *Historical Semantics and Cognition*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, 1933.
- CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, R.A. & ROSENBAUM, P.S. (Org.). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, MA: Gynn and Co., 1970. p. 184-221.
- CUYCKENS, H. & ZAWADA, B. (Org.). *Polysemy in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- DI SCIULLO, A. M. & WILLIAMS, E. *On the Definition of Word*. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.
- KASTOVSKY, D. The problem of productivity in word formation. *Linguistics*. v.24, p. 585-600, 1986.
- LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous Things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LYONS, J. *Semantics*, V. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- PANTHER, K-U. & THORNBURG, L. A conceptual analysis of English -er nominals. In: PÜTZ, M., NIEMEIER, S. & DIRVEN, R. (Org.). *Applied Cognitive Linguistics II: Language Pedagogy*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2001. p.151-201.
- _____. The roles of metaphor and metonymy in English -er nominals. In: DIRVEN, R. & PÖRINGS, R. (Org.). *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2003. p. 279-319.
- PEETERS, B. (Org.). *The Lexicon-Encyclopedia Interface*. Amsterdam:Elsevier, 2000.